



## Vamos todos pressionar pela derrubada do veto

Precisamos derrubar o veto presidencial à lei de auxílio a Estados e Municípios (Lei Complementar 173/2020), que congelou o salário de servidores públicos até dezembro de 2021. Para tanto, temos que pressionar os deputados e senadores para que o Congresso derrube o veto do presidente e faça justiça aos servidores públicos que estão fazendo sua parte mantendo o país em atividade mesmo nesse momento de pandemia, protegendo e cuidando das pessoas.

O deputado federal Carlos Veras (PT-PE) já apresentou o Projeto de Lei Complementar 145/2020, que visa retirar a proibição para todas as categorias do serviço público. Segundo o deputado o Projeto de Lei não pede aumento para os servidores, ele apenas não vai proibir que haja, "a gente não está pedindo reajuste salarial, mas não pode uma lei proibir qualquer reajuste dos servidores públicos das três esferas", explicou Carlos Vera.

"Nós estamos tentando enfrentar esse problema por várias frentes e essa do Projeto de Lei é muito importante, mas precisamos fazer pressão junto aos deputados e senadores de nosso estado para derrubar o veto do presidente", disse Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

Os servidores já haviam conseguido através da mobilização organizada pelos sindicatos e pela Condsef que o Congresso aprovasse os reajustes salariais para o setor da saúde, educação e segurança, mas Bolsonaro vetou. Agora a pressão precisa ser maior

ainda pela derrubada do veto.

"Somente a força popular poderá forçar os congressistas a derrubar o veto do presidente Bolsonaro", enfatizou Raimundo Pereira.

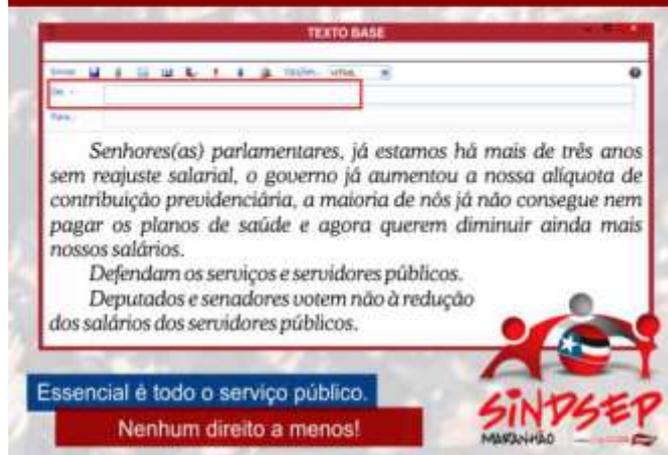
Veja abaixo como pressionar os deputados e senadores do nosso estado.

Já preparamos até um textinho para você encaminhar aos congressistas.

### NÃO É COM CONGELAMENTO DE SALÁRIOS E DESMONTE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS QUE IREMOS SAIR DESSA CRISE

Pressione você também os congressistas para que derrubem o veto do presidente à lei de auxílio a Estados e Municípios (Lei Complementar 173/2020).

Vamos mandar para todos os deputados e senadores.  
Envie este texto base a todos os congressistas.



## DEPUTADOS FEDERAIS DO MARANHÃO

**Aluisio Mendes**(PSC/MA)

3215-5931 / 3215-2931

dep.aluisiomendes@camara.leg.br

**André Fufuca**(PP/MA)

3215-5945 / 3215-2945

dep.andrefufuca@camara.leg.br

**Bira do Pindaré**(PSB/MA)

3215-5480 / 3215-2480

dep.biradopindare@camara.leg.br

**Cleber Verde** (Republicanos/MA)

3215-5710 / 3215-2710

dep.cleberverde@camara.leg.br

**Edilázio Júnior**(PSD/MA)

3215-5862 / 3215-2862

dep.edilaziojunior@camara.leg.br

**Eduardo Braide**(PODE/MA)

3215-5578 / 3215-2578

dep.eduardobraide@camara.leg.br

**Gastão Vieira**(PROS/MA)

3215-5370 / 3215-2370

dep.gastaovieira@camara.leg.br

**Gil Cutrim** (PDT/MA)

215-5385 / 3215-2385

dep.gilcutrim@camara.leg.br

**Gildenemyr**(PL/MA)

3215-5660 / 3215-2660

dep.gildenemyr@camara.leg.br

**Hildo Rocha** (MDB/MA)

3215-5734 / 3215-2734

dep.hildorochoa@camara.leg.br

**João Marcelo Souza**(MDB/MA)

3215-5506 / 3215-2506

dep.joaomarcelosouza@camara.leg.br

**Junior Lourenço**(PL/MA)

3215-5513 / 3215-2513

dep.juniorlourenco@camara.leg.br

**Juscelino Filho**(DEM/MA)

3215-5222 / 3215-2222

dep.juscelinofilho@camara.leg.br

**Márcio Jerry**(PCdoB/MA)

3215-5372 / 3215-2372

dep.marciojerry@camara.leg.br

**Marreca Filho**(PATRIOTA/MA)

3215-5537 / 3215-2537

dep.marrecafilho@camara.leg.br

**Paulo Marinho Jr**(PL/MA)

3215-5715 / 3215-2715

dep.paulomarinhojr@camara.leg.br

**Pedro Lucas Fernandes**(PSB/MA)

3215-5814 / 3215-2814

dep.pedrolucasfernandes@camara.leg.br

**Zé Carlos**(PT/MA)

3215-5543 / 3215-2543

dep.zecarlos@camara.leg.br



## Condsef/Fenadsef repudia veto de Bolsonaro e congelamento salarial

Nessa quinta-feira, 28, o presidente Jair Bolsonaro atendeu a pressões do ministro da economia, Paulo Guedes, e vetou reajustes que haviam sido garantidos no Congresso Nacional a uma série de categorias que estão atuando na linha de frente do combate à Covid-19. O PLP 39/20 que era ruim, por uma série de motivos, ficou pior. A entidade vai dar início a uma ação de força tarefa junto a deputados e senadores para que o veto seja derrubado pelo Legislativo. A "granada" que Guedes diz ter colocado no bolso do "inimigo" indignou servidores federais, estaduais e municipais que somam quase 12 milhões no Brasil.

Na terça, 26, Bolsonaro publicou uma Medida Provisória (MP) autorizando reajuste para policiais civis, militares e bombeiros do Distrito Federal. O custo para a União é estimado em R\$ 500 milhões. Outra MP reestrutura a carreira da Polícia Federal, o que coloca em questionamento o veto de reajuste a setores essenciais nesse momento crucial de combate à Covid-19. Já são mais de 25 mil vítimas da doença que, hoje, é a principal causa de morte entre brasileiros. Nunca o Estado se mostrou tão necessário ao mesmo tempo em que um governo negligencia completamente essa importância.

O projeto ultraneoliberal que segue avançando deve ser barrado e a unidade do conjunto do funcionalismo público vem sendo construída. "É preciso dialogar com a sociedade sobre os riscos desse projeto, não para servidores apenas, mas para a grande maioria da população", defende Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação que em live promovida pela CUT Pernambuco, ontem, marcando Dia Nacional de Lutas do setor público, lembrou que mais de 75% da popu-

lação brasileira é usuária exclusiva de serviços públicos.

A destruição e sucateamento dos serviços públicos é um projeto desse governo e precisa ser combatido com o diálogo intenso com a sociedade. Na nota onde repudia o congelamento salarial de servidores imposto pelo PLP 39/20, a Condsef/Fenadsef traz dados que desmistificam a narrativa do governo de que a categoria possui muitos privilégios. Para a entidade, a estratégia do governo é aprovar por etapas uma reforma Administrativa que já vem sendo anunciada desde antes da pandemia do novo coronavírus.

São vários os elementos que mostram que o congelamento salarial de servidores e empregados públicos não é uma ação necessária. A maioria da categoria está há mais de 3 anos sem reajustes em seus vencimentos e ainda teve um aumento das alíquotas de contribuição previdenciária que ultrapassam 14%. Servidores também não tem direito ao FGTS. A estabilidade, mais um tema usado para convencer a população de que servidores tem privilégios demais, é outra ficção. Segundo a CGU, desde 2003, 16.681 trabalhadores da administração pública foram expulsos. Isso significa mais de 2 demissões, cassações ou destituições por dia, nos últimos 15 anos. A estabilidade real, destaca a nota, é uma proteção para a sociedade, para que a memória do Estado seja mantida apesar das mudanças de gestão. **Sem investimentos, condições de trabalho são baixas**

Ainda na nota, a Confederação destaca o cotidiano pesado dos servidores. Com a redução de concursos, hoje, um servidor precisa executar em média a tarefa que deveria ser desenvolvida por três. A entidade também cita as dificulda-

des dos trabalhadores da Saúde. Muitos na linha de frente do combate a essa pandemia relatam não ter equipamentos de proteção suficiente para trabalhar com segurança. "Não é fácil trabalhar sem investimentos mínimos em estrutura e materiais necessários; não é fácil falar para a cidadã na fila do hospital que não há leito disponível ou que os remédios não chegaram; não é fácil levantar da cama diariamente e trabalhar no combate à pandemia ouvindo xingamentos e condenações por parte do governo que se mostra cada dia mais negligente. Mesmo assim, servidores e empregados públicos estão à disposição da sociedade, fazendo o possível neste governo omissivo", destaca outro trecho.

A Condsef/Fenadsef e suas filiadas vão seguir trabalhando para barrar os retrocessos. A entidade assinou com mais de 400 entidades o maior pedido de impeachment protocolado até o momento na Câmara dos Deputados. A Confederação também entrou com ação civil pública contra a União por assédio moral coletivo. "Se a "economia" com o congelamento dos vencimentos é prevista pela equipe de Guedes em torno de R\$ 43 bilhões, o valor não chega aos pés do R\$ 1,5 trilhão anual que o País paga de dívida pública, esta sim a verdadeira parasita e assaltante do Brasil", conclui a nota divulgada. Os servidores cobram valorização do setor público com investimentos. Para isso sugerem que se faça pressão para criar o tributo sobre grandes fortunas, suspensão do pagamento da dívida pública e a revogação da EC 95, do teto de gastos, que sozinha já retirou mais de R\$20 bilhões do SUS.

Confira aqui a íntegra da nota sobre congelamento salarial até 2021 em [www.condsef.org.br/documentos](http://www.condsef.org.br/documentos)